

Manobra contra a Constituinte une Moreira e Brizola

Em declarações isoladas, o governador Moreira Franco e o ex-governador Leonel Brizola demonstraram estar unidos na defesa da Constituinte contra a manobra arquitetada pelo governo para zerar seus trabalhos de preparação da nova Constituição. Moreira afirmou em São Pedro da Aldeia, Região dos Lagos, aonde foi para lançamento de uma chapa de candidato a prefeito que une PMDB, PSB, PDS e PTR, que "essa manobra delirante significaria rasgar anos de luta e deve ser repelida com veemência". Brizola propôs que a Constituinte "promova a responsabilidade do presidente Sarney, em função das suas agressões".

Para Moreira Franco, há dois perigos no ar. "Primeiro, estão querendo desmoralizar por antecipação a nova Constituição, para se criar o caldo de cultura de uma crise institucional mais profunda. Uma Constituição nova exige um clima de respeito, de confiança. Se ela já estiver desmoralizada na hora da promulgação, o país não terá Constituição e mergulhará em grave crise institucional e a transição democrática não se concluirá". Prova de que essa campanha existe, segundo Moreira, é que se procura mais adjetivar o texto constitucional do que discutir o que ele contém de bom e de ruim.

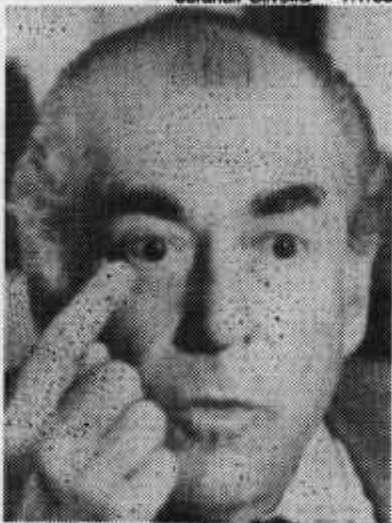
O segundo perigo, na opinião de Moreira, é o de rejeição de todo o projeto constitucional aprovado no primeiro turno de votações, como tática para forçar as negociações dos temas de interesse do governo e dos empresários. Neste caso, ele concorda com o deputado Ulysses Guimarães de que essa manobra ameaça deixar o país sem Constituição, colocando em risco a consolidação da democracia.

Brizola, por sua vez, embora defendendo a Constituinte não deixou de criticar Ulysses Guimarães: "A crise e os impasses atuais são consequências de erros pelos quais apontamos como maior de todos os responsáveis o Sr. Ulysses Guimarães e seu grupo dentro do PMDB. Ele sabia que o Sr. Sarney não podia ser diferente do que nós conhecíamos. Por ambição e pela ilusão de se manterem no governo, os dirigentes do PMDB deixaram de exigir que o Sr. Sarney marcasse a data da eleição direta na hora em que desapareceu o doutor Tancredo Neves. E a Constituinte está sofrendo as consequências do erro que cometeu em conceder mais um ano de mandato ao presidente".

Daf, para Brizola, "a prepotência e as atitudes insólitas do presidente da República em relação à Constituinte". Acrescentou o ex-governador: "O Sr. Sarney é, portanto, um poder derivado da Constituinte. Como a criatura se volta contra o criador? Ele está ameaçan-



Moreira: mobilização



Brizola: agressões

do bancar Dom Pedro I" — uma referência ao fato de o imperador ter dissolvido a Constituinte de 1824 e editado a Constituição do seu gosto. Para a crise atual, Brizola só vê uma solução: eleição geral para todos os mandatos, assim que for promulgada a nova Constituição — embora a crise decorra exatamente do fato de que não se sabe quando a nova Carta ficará pronta.

□ O deputado Ulysses Guimarães passou um dia tranquilo: de manhã, leu em sua biblioteca e no começo da tarde recebeu uma equipe de televisão para gravar uma entrevista. Ele saiu de casa apenas na hora do almoço, quando, em companhia da mulher, D. Mora, fez uma visita ao ministro Renato Archer, seu amigo e vizinho. Ficou lá por duas horas, sendo procurado pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que queria saber se alguém estivera com ele pela manhã. À tarde, Ulysses atendeu a um telefonema de Costa Couto. De acordo com o secretário particular do deputado, Oswaldo Manicardi, o assunto da conversa foi a viagem do presidente Sarney à Bolívia esta semana.

Gilberto Alves — 5/5/88

Jurandir Silveira — 7/7/88

Jurista considera aprovação um erro

SÃO PAULO — O jurista Ives Gandra Martins — autor de um artigo que levou o governo a mobilizar um esquema para rejeição em bloco do texto votado em primeiro turno para a Constituinte — sugeriu, à noite, em São Paulo, uma saída para o caso de haver impasse político: o texto aperfeiçoado pelo relator Bernardo Cabral, num acordo entre as lideranças dos partidos poderia ser votado num dia e, a seguir, entraria num processo tecnicamente considerado como segundo turno.

"Se o texto Cabral, que tem modificações em 96 trechos do projeto já votado, for apreciado como está", disse, "seria o mesmo que uma apreciação em primeiro turno, pois ele difere daquilo que os constituintes já apreciaram". Ives Gandra Martins, advogado e professor de Direito Econômico na Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), explicou que o artigo 3º da Emenda nº 26 à Constituição em vigor (que convocou a Constituinte) determina a necessidade de um mesmo texto ser aprovado em dois turnos por maioria absoluta. "Ora, com o texto aperfeiçoado por Bernardo Cabral, fica extremamente claro que não é o mesmo projeto aprovado no primeiro turno", acrescentou ele.

Falha — O jurista Ives Gandra Martins, que passou o fim de semana numa fazenda no interior paulista, alertou que os constituintes não perceberam o que, segundo ele, é uma falha. "A emenda 26 não pode ser força maior do que a Constituição em vigor", destacou ele, um crítico do trabalho da Constituinte, da qual só considera bom o capítulo dos direitos individuais.

Autor de 21 obras de Direito, algumas das quais traduzidas na Argentina, Alemanha e Holanda, Ives Gandra Martins comentou que no caso do texto votado em primeiro turno, até mesmo vírgulas podem trazer dúvidas jurídicas. Ele citou um exemplo num artigo sobre tributação, no qual a expressão "sempre que possível" colocada no início da frase causaria confusão.

— O que pode acontecer? Todos aqueles que se sentirem lesados poderão ir à Justiça. Pessoalmente, considero essa nova Constituição extremamente retrógrada à exceção dos direitos individuais, que poderá descompassar a ordem econômica do país — alertou Gandra Martins.



Antônio Carlos: irônico



Lucena: dúvidas

Antônio Carlos nega trama

BRASÍLIA — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, reagiu energicamente à informação de que o Palácio do Planalto tenta reunir 280 votos para zerar os trabalhos da Constituinte. "Nunca soube que o Palácio quisesse evitar a votação em segundo turno, e sim que o governo quer modificar pontos que tornam o país ou a Constituinte, ou ambos, inviáveis".

Ele reafirmou que o único propósito do presidente José Sarney é manter o país governável, evitando os conflitos gerados pela Carta em elaboração. Exemplificando, Antônio Carlos disse que, se a Previdência social for realmente capaz de suportar os encargos financeiros preconizados no novo texto, "é lamentável que esses benefícios ainda não tenham sido distribuídos aos trabalhadores".

Conclamação — Em tom irônico, o ministro respondeu também às declarações do deputado Ulysses Guimarães que, em defesa da Constituinte, disse que ela "não é um hospício": "O doutor Ulysses, com a sua competência, não deve nem de longe pensar que alguém pode julgar a Constituinte um hospício. Até porque os parlamentares não merecem esse tratamento, muito menos o doutor Ulysses". Para ele, é fundamental retirar da Constituição artigos com os quais, acha ele, o próprio Ulysses "certamente não concorda".

Lembrando que o PMDB é amplamente majoritário na Constituinte, ele conclamou o presidente desse partido a trabalhar pela modificação do texto antes da aprovação final. "O que me parece é que o doutor Ulysses, que merece todo o nosso respeito, quer defender a Constituinte a qualquer título para fortalecer-se, a fim de evitar que os tucanos venham a destroná-lo".

Sempre enfático, Antônio Carlos repetiu que o propósito de Sarney não é inviabilizar a Constituição, mas evitar que ela "seja votada a toque de caixa". "O que não queremos é uma Constituição que precisará ser emendada logo após a promulgação. E essa que está sendo elaborada encerra vários conflitos de poderes que terão de ser dirimidos pela Justiça, sem falar nas receitas que

são transferidas sem os devidos encargos". Na opinião de Antônio Carlos, sem acordo dificilmente se concluirá a Constituição.

Lucena — O presidente do Senado, Humberto Lucena, considerou "uma especulação totalmente fora da realidade" a notícia de que o governo procura apoio para rejeitar integralmente o projeto constitucional. "Isso não existe. Falo diariamente com o presidente Sarney e com seus líderes, e nunca nenhum deles me falou a respeito." Em seguida, porém, Lucena citou o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, como alguém radicalmente contra o trabalho até agora realizado pela Constituinte. "Mas ele", comentou, "não consegue sensibilizar nem o seu partido."

Na avaliação de José Lourenço, que ontem estava em Teresina, o governo e o Centrão não conseguirão reunir 280 votos contra o projeto da nova Carta, aprovado em primeiro turno, mas crê que os líderes dos partidos conservadores poderão negociar em torno de pontos polêmicos, a partir dos quais "o país se torna ingovernável".

Righi — O líder do PTB na Constituinte, deputado Gastone Righi, confirmou que ele, Amaral Netto e José Lourenço, entre outros parlamentares, estão trabalhando para golpear a votação do projeto de Constituição no segundo turno, mas negou que o propósito seja retornar à estaca zero. "O que queremos é forçar a negociação, porque não aceitamos 12 pontos que tornarão o país ingovernável".

Os 12 pontos são os seguintes: imprescritibilidade dos direitos dos trabalhadores rurais, turno de seis horas, licença paternidade, aposentadoria com todos os direitos, direito de voto aos 16 anos, tabelamento dos juros bancários em 12%, efetivação dos funcionários públicos com mais de cinco anos de trabalho, anistia aos microempresários e aos pequenos produtores rurais, proibição do comércio de sangue e hemoderivados, imposto adicional de 5% sobre ganhos de capital, direito de greve no funcionalismo público, e proibição de contratos de risco para pesquisa e lavra de petróleo.

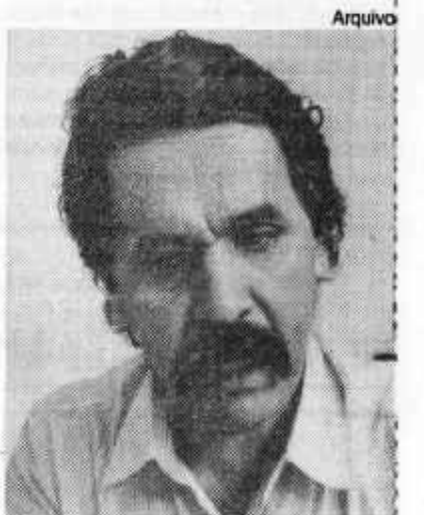
PT se recusa a ajudar governo

O temor de ter sua opção de voto utilizada por uma manobra governista, que visa a inviabilizar a Constituinte, pode levar o PT a reconsiderar a decisão de votar contra o projeto aprovado em primeiro turno. O presidente do partido, deputado Olívio Dutra (RS), reúne-se hoje com companheiros de bancada para avaliar a situação. "O PT, mesmo insatisfeito com o projeto, não vai jogar água no moinho do governo", afirmou Dutra.

No PDT, o deputado Vivaldo Barbosa (RJ) prevê que nem no PFL o governo encontrará respaldo para seu propósito de reunir 280 constituintes contrários à aprovação do projeto. Ele já conversou com o líder Brandão Monteiro, e o PDT decidiu, apesar de discordar de alguns artigos, votar favoravelmente ao texto no segundo turno. "Diante das manobras do governo, não há como marcar posição; e o próprio PT vai ter que retroceder nisso", afirmou o parlamentar.

Richa — Em Porto Alegre, o senador José Richa (PSDB-PR) — que foi lá participar de um seminário sobre a Constituinte — disse que não acredita em retrocesso. Para ele, "aqueles que estão pensando em voltar ao início de tudo não têm o menor bom senso". Sobre as recentes declarações do deputado José Lourenço ("É preferível dissolver isso que está aí, a aprovar uma Constituição tão ruim"), Richa afirmou: "Ele está com essa idéia maluca, mas felizmente, tenho certeza, são pouquíssimos os que pensam como ele."

O presidente do PFL gaúcho, Alberto Chiarelli, ex-líder do partido no Senado, acusou o governo federal de "estar tentando responsabilizar a Constituinte pela sua própria incompetência, procurando um bode expiatório para justificar o que não faz e o que ainda fará de errado". Depois de classificar de "bobagem" a alegação de setores oficiais de que as decisões da Constituinte tornaram o país ingovernável, Chiarelli concluiu: "Na verdade, estamos apenas corrigindo o que o governo, na sua habitual sonolência, não faz administrativamente."



Olívio: reexame